

XI CONGRESSO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
FERNANDO ROBOREDO SEARA**

Centro Cultural Olga de Cadaval – 12.Setembro.2013

Senhor Bastonário,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores

Cumpre-me o grato dever de saudar a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e expressar, em nome do Município de Sintra, uma palavra de saudação e boas vindas a este XI Congresso que ora se inicia.

Em Sintra, a par de uma vilegiatura aristocrática e das suas quintas seculares, entrosadas entre os penedos e o múltiplo arvoredado, olhando ao longe o mar, cresceu nas faldas da serra um Povo particular que tanto cavou o chão e moeu os grãos do pão, como serrou e burilou os mármores ou vindimou os cachos de celestiais sabores. A celebração de toda esta beleza humana, guardada nos arquivos das escritas e materializada nas paixões construídas de palacetes e quintas, moinhos e casais saloios, conventos e igrejas, residências reais, jardins, parques e bosques, conseguiram transportar até ao nosso tempo o sentimento de que este lugar é, simplesmente, mágico e único.

Faço votos, assim, que a tranquilidade destas colinas que se abatem sobre o mar permita que os trabalhos decorram da melhor forma e que alcancem resultados profícuos para o exercício profissional e, por essa via, também para as empresas portuguesas e para Portugal.

Vivemos tempos sem paralelo no passado e, esperemos, sem repetição no futuro. Tempos complexos, de uma crise sistémica, que impõe a alteração de paradigmas, de modelos, de concepções e de políticas. Tempos que reclamam diagnóstico sério e contrições colectivas. Tempos sem imputações exclusivas e para os quais todos contribuímos, por acção ou por omissão, crentes num determinismo que, afinal, não era mais do que uma diáfana ilusão.

Hoje, embora ainda a medo, emergem as primeiras análises da crise. O “toque na ferida” já surge diagnosticado na imprensa internacional sob a pena de personalidades com indesmentida autoridade.

A fé convicta num capitalismo auto-regulável que floresceu nos últimos trinta anos, derrubando as dúvidas suscitadas pelas democracias-cristãs e sociais-democracias europeias, gerou este fenómeno incontrolável que se decompôs num conjunto de modificações comportamentais e até na relação entre o capital, as pessoas, a sociedade e o Estado.

No início dos anos 70, na senda das encíclicas e na esteira da reconstrução doutrinária de uma Europa devastada pela pior das tiranias, falava-se da “economia social de mercado”, entendendo esta como um modelo de liberdade económica com responsabilidade social e, logo, sujeito às limitações de regulação, de transparência e de justiça decorrentes.

O social foi desaparecendo da definição. O capitalismo foi sendo, cada vez mais, financeiro e fiduciário e, cada vez menos, da produção e da indústria. Adoptaram-se neologismos conceptuais para definir o ganho e para relativizar a perda. Os agentes económicos foram perdendo a sua responsabilidade social, e a cupidez foi dominando o mundo dos negócios. As empresas pressionaram – e, tantas vezes, condicionaram - os Estados para políticas permissivas que optimizassem os lucros, em detrimento das relações sociais, do ambiente, da equidade social, etc., etc.

Como Schumpeter previra, o capitalismo foi sendo deglutido pela sua própria ganância.

E tudo isto teve a sua consagração, não com a crise do Lehmann Brothers, mas antes, muito antes, com o Acordo Internacional de Comércio e a forma acrítica e abdicativa como foi negociado, favorecendo – como muitos então avisaram – a total desregulação da economia mundial e a potenciação ao limite de visões imediatas de ganho sem ponderação do preço futuro. Aí vieram as deslocalizações, a procura dos factores de produção mais baratos e, decorrentemente, no que nos tange, a desindustrialização europeia, logo seguida de políticas fiscais “inventivas”, logo seguida do aumento dos défices internos e, logo seguida, do aumento das dívidas nacionais aos denominados países emergentes.

Com a deslocalização das empresas, alienamos o conhecimento. Descentralizamos o dinheiro, é certo, embora nem sempre para mãos

que favoreçam o aumento da justiça regional ou a luta contra a pobreza, como hoje se sabe tão bem.

O nosso Mundo está hoje em crise e sem modelo de desenvolvimento. Em crise moral, porquanto o culto do dinheiro destruiu os valores civilizacionais em que todos crescemos, e sem modelo porque sem indústria, sem produção e sem capacidade para, em plena globalização, competir com as novas potências. Restam-nos os alfarrábios de História que, cada vez mais, são esquecidos em prateleiras empoeiradas de um Mundo que não cultiva a memória.

É neste quadro que os Senhores Revisores Oficiais de Contas adquiriram responsabilidades acrescidas. Num quadro em que o pouco que resta tem de ser criteriosamente administrado e rigorosamente gerido. Em que a confiança na economia tem de ser restaurada. Em que não há espaço para o erro, nem tolerância para a incompetência.

Este é o tempo em que o rigor e a parcimónia serão os únicos factores que poderão revitalizar o presente e garantir o futuro. E Vossas Excelências são os fiduciários desses valores.

Daí a felicidade do lema deste Congresso – Desafio e Confiança.

O trabalho que vos espera é muito. Tanto quanto a esperança em que nas vossas mãos possa estar depositada a chave de um novo

desenvolvimento. Sustentado e humano. Real e não virtual. Feito pela inteligência humana e destinado a semear justiça e bem-estar. Como tanto se reclamou nos tempos gloriosos do nascimento europeu.

Boa sorte e bom trabalho.